

Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002

Lucio Rennó
Universidade de Brasília

Resumo

As organizações da sociedade civil têm um papel didático na instrução de seus membros sobre política que extrapola as questões imediatas de interesse dessas organizações? A maior parte da literatura, especialmente aquela sobre o orçamento participativo (OP) do Partido dos Trabalhadores do Brasil, sustenta que o OP é uma estrutura de oportunidade para que os indivíduos se reúnam e debatam não só problemas locais, mas também discutam política num sentido mais amplo. A mesma lógica se aplica a outras formas de militância, tais como participação em sindicatos, partidos políticos, associações de bairro e grupos de igreja. Este trabalho procura testar, usando dados longitudinais de opinião pública de eleitores brasileiros coletados nas eleições de 2002, se os militantes da sociedade civil organizada são, de fato, mais bem informados sobre política, especificamente, sobre questões eleitorais. Além disso, este trabalho testa também se potenciais diferenças de informação causadas por gênero, raça e classe são atenuadas pela participação em organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: informação política, Orçamento Participativo, participação, opinião pública, Brasil

Abstract

Do civil society organizations have a didactic role in instructing its members about politics that extrapolates the immediate issues of interest of that organization? Most of the literature, especially that on the role of the participatory budgeting process of the Workers' Party in Brazil, claims that such meetings are an opportunity structure for individuals to come together and not only debate their local problems, but also discuss politics more broadly. The same logic applies to other forms of activism, such as participation in Labor Unions, political parties, neighborhood associations and even church groups. This paper attempts to test, using a unique public opinion panel dataset of Brazilian voters collected in the 2002 elections, if activists are, in fact, better informed about politics, specifically, about campaign issues. In addition, the paper also tests if potential informational gaps caused by gender, race and class are attenuated by participation in civil society organizations.

Key words: political information, participatory budget, participation, public opinion, Brazil

Introdução

O regime democrático disseminou-se na América Latina contemporânea. Mais recentemente, uma onda sem precedentes de partidos de esquerda, com propostas inovadoras de governo direto, subiu ao poder em vários países. Lula no Brasil, Toledo no Peru, Vazquez no Uruguai e Lagos no Chile são os exemplos mais proeminentes. Seria esperado que o aprofundamento da democracia, representado pelo fortalecimento das instituições democráticas ao longo do tempo e pela agenda de igualdade social que os partidos de esquerda trazem ao governo, deveria reduzir as desigualdades entre os cidadãos, especialmente na esfera política. Porém, estudos recentes concluíram que ainda existem vieses duradouros na distribuição de vários recursos, sejam eles socioeconômicos, mas, sobretudo, os recursos relacionados à informação e voz política¹.

O paradoxo está no fato que, numa democracia, espera-se equidade pelo menos na esfera política. Isso vale inclusive para democracias que implementam políticas neoliberais que, como sustentam alguns, contribuem para a ampliação das desigualdades sociais e econômicas (PORTES e HOFFMAN, 2003). No entanto, a democratização latino-americana foi acompanhada pela manutenção da distância entre ricos e pobres e por padrões duráveis de discriminação de raça e gênero, o que afetou a distribuição destes recursos, inclusive os políticos, tais como informação e engajamento em ação coletiva (RENNÓ, 2005; DESPOSATO e NORRANDER, 2006).

Diante desse paradoxo, o principal objetivo deste artigo é avaliar como as organizações da sociedade civil podem atenuar desigualdades na distribuição de recursos políticos, especialmente na distribuição de informação política. Mais especificamente, o foco está no papel do programa de Orçamento Participativo (OP) do Partido dos Trabalhadores na distribuição de informações sobre política nas eleições de 2002 no Brasil. O OP é um instrumento de democracia direta através do qual os cidadãos influenciam a formulação dos orçamentos de investimento municipais por meio de assembleias periódicas nos bairros; é uma forma de democracia que enfatiza a deliberação dos cidadãos, bem como a transparência e *accountability* na política orçamentária². Nas reuniões, as prioridades de investimento na cidade são definidas mediante o voto direto dos participantes.

¹ Para uma avaliação da desigualdade na América Latina, ver HOFFMAN e CENTENO, 2003; KORZENIEWICZ e SMITH, 2000; PORTES e HOFFMAN, 2003. No Brasil, ver SKIDMORE, 2004; ANDREWS, 2002; LOVELL, 2000; e o volume editado por REICHMAN, 1999.

² Ver o volume editado por Baiocchi (2003) para uma coleção de artigos interessantes sobre o Orçamento Participativo.

Assim, o OP tem um efeito pedagógico, ao criar um espaço público e uma estrutura de oportunidade para a deliberação sobre várias questões políticas, não apenas relacionadas ao orçamento (BAIOCCHI, 2003a; SANTOS, 1998; ABERS, 1998; AVRITZER, 2002). A hipótese central testada neste artigo é, portanto, que as assembleias do OP podem ser mecanismos de difusão de informações sobre política em geral.

Para testar esta hipótese foi formado um estudo de painel de opinião pública por três ondas realizadas no período eleitoral de 2002 em duas cidades brasileiras de tamanho médio – Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS). Ambas as cidades experimentaram o Orçamento Participativo nos oito anos anteriores à eleição. Assim, foram coletados dados do mesmo respondente ao longo do tempo, o que possibilita medir mudanças nos graus de informação durante a campanha eleitoral daqueles que participaram de assembleias do OP e compará-los com os graus de informação no mesmo período daqueles que não participaram destas assembleias. É possível captar os ganhos de informação política durante o decorrer da campanha e avaliar como essas diferenças evoluem ao longo do tempo.

Este estudo testa se o OP é uma fonte de informação sobre candidatos, partidos e questões políticas usando dados que possibilitam vários tipos de testes estatísticos. Ao trabalhar com amostras probabilísticas que incluem militantes e não-militantes, possibilitando comparações dos graus de informação desses dois grupos, este estudo se diferencia de estudos anteriores, baseados em observação participante e entrevistas em profundidade que incluíam apenas militantes. Através da utilização dos indivíduos que não participaram do OP como grupo de controle, este artigo complementa, portanto, aqueles trabalhos anteriores ao expandir as amostras, e permite realizar um teste mais robusto do efeito pedagógico do OP.

Seguindo a literatura, a principal hipótese testada é que aqueles que participam de reuniões do OP se tornam mais bem informados sobre a política. Uma segunda hipótese, que ainda não foi levantada tampouco testada, é que os níveis de informação dos militantes, adquiridos através da participação no OP, não se diferenciarão entre homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos. Neste sentido, a participação no OP aumenta diferenças de informação entre ativistas e não-ativistas, mas atenuaria as diferenças de gênero, raça e renda dos participantes.

Por fim, o papel educacional do OP é comparado com o de outras organizações da sociedade civil, tais como partidos políticos, associações de bairro e sindicatos, que desempenham papéis diferenciados na sociedade (SELIGSON, 1999; RENNO, 2003). Uma questão importante é saber se a participação em diferentes tipos de organização influencia os graus de informação dos eleitores sobre questões políticas. A principal hipótese, neste caso, é que as organizações

que estão mais diretamente ligadas ao sistema político, tais como sindicatos e partidos, terão um impacto mais decisivo sobre os graus de informação política dos militantes do que organizações mais voltadas a questões extra-políticas e de nível local e preocupações extra-políticas, como associações de bairro, grupos ligados à igreja e o próprio OP. Quanto a este último, uma vez que seu objetivo é discutir projetos municipais de investimento, ele criaria menos oportunidades para discutir política de ordem nacional do que a participação em organizações que estão diretamente relacionadas a esta.

Algumas críticas ao OP provêm de abordagens sobre o papel de organizações da sociedade civil que cobram ou esperam de tais organizações mais do que elas se propõem e podem oferecer; o que é arriscado por que eleva expectativas e pode gerar frustração quando estas não são alcançadas. A peculiaridade do OP não é criar uma oportunidade para discutir política, mas permitir aos cidadãos a participação direta nas alocações orçamentárias.

Em suma, este artigo trata de três questões complementares: 1) os militantes de organizações da sociedade civil são mais bem informados do que os não-militantes? 2) há vieses de raça, gênero e renda na distribuição da informação entre os militantes? 3) diferentes organizações da sociedade civil afetam de modo diferente o acesso à informação? Ou seja, vieses existentes entre não-militantes (documentados por Rennó, 2005 e Desposato e Norrander, 2005) aparecem entre os militantes? Ou a participação em organizações da sociedade civil reduz as diferenças de informação existentes entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres?

Para discutir estas questões, o artigo está organizado da seguinte maneira: a próxima seção explora a literatura sobre militância civil e como ela cria espaços para a deliberação e o aprendizado político; em seguida, é descrito o conjunto de dados e são definidas as hipóteses empiricamente testáveis com base na revisão da literatura e nos dados disponíveis. A terceira seção analisa os dados e discute os resultados da análise. O artigo conclui apresentando as implicações dos resultados para o regime democrático e para a desigualdade na América Latina.

A natureza pedagógica das organizações sociais e políticas

As organizações sociais e políticas criam espaços públicos e estruturas de oportunidade para a deliberação sobre questões coletivas e para aprender sobre política (VERBA et al., 1995; AVRITZER, 2002; BAIOCCHI, 2003). Assim, os participantes dessas organizações são mais propensos a entrar em contato com as idéias e opiniões de outros membros da organização. É também mais provável que

esses membros obtenham informações sobre políticas dos líderes de suas organizações. Além disso, as organizações da sociedade civil podem criar a oportunidade para a discussão de tópicos que não estão diretamente relacionados com os objetivos imediatos do grupo. Por exemplo, durante as eleições, é provável que os membros de uma organização social compartilhem suas opiniões sobre candidatos e partidos.

Pode-se supor que a distribuição da informação política dentro dessas organizações torna seus membros, em comparação com os não-militantes, mais informados. Além disso, as diferenças de graus de informação devidas às desigualdades de gênero, raça e renda devem diminuir entre os membros da organização. Ou seja, a militância deve reduzir a desigualdade de graus de informação e de recursos políticos entre os participantes da organização e acentuar a desigualdade entre os que estão dentro e os que estão fora dela, aumentando a politização e homogeneizando os graus de informação entre os participantes.

Há alguns indícios de que esse fenômeno ocorre de fato. Porém, o impacto didático das organizações sociais e políticas pode variar conforme o tipo de organização e conforme sua inserção na esfera política. Para o Brasil, enquanto os estudiosos do orçamento participativo sustentam que os eleitores aprendem sobre política quando participam de suas assembleias (BAIOCCHI, 2003), aqueles que estudam as associações de bairro afirmam que o impacto da militância depende da relação entre as associações e os políticos (GAY, 1994; AUYERO, 2003). Se a associação está envolvida em trocas clientelistas com líderes políticos personalistas, o ganho de informação de seus membros é muito menor do que o ganho daqueles das associações que não estão alinhadas com determinados políticos, mas promovem debates e discussões de diferentes propostas políticas (GAY, 1994).

Gay chama a atenção para o fato de que nem mesmo um único tipo de organização da sociedade civil como por exemplo, as associações de moradores, atua de forma simples e monotônica. Há variações nos papéis que essas associações desempenham. O que dizer, então, de associações de natureza distintas? Assim, não se pode esperar que todas as organizações da sociedade civil, com objetivos práticos bastante diferenciados entre si, tenham impacto similar na transmissão de informação política aos seus membros. É necessário analisar o impacto de cada uma desagregadamente.

Por exemplo, os partidos políticos e os sindicatos estão claramente relacionados com a discussão das questões políticas em nível nacional. Por sua natureza, são organizações que se envolvem na disputa pela alocação de bens públicos na sociedade e que defendem setores do eleitorado em competição. Portanto, é provável que os membros dessas organizações tenham acesso a

informações políticas e estejam mais bem informados sobre política. Além disso, gênero, raça e classe não devem ser critérios de distinção de seus membros predominantes em tais organizações.

Para os membros de grupos ligados à igreja e de associações de bairro, as expectativas são um pouco diferentes. Embora esses dois movimentos de base tenham desempenhado papéis significativos na democratização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, ambos reduziram sua atividade política após a democratização (DELLA CAVA, 1988; MAINWARING, 1988). A análise de Gay sobre o papel das associações de bairro nas favelas do Rio de Janeiro oferece evidências de que essas organizações podem desempenhar papéis muito diferentes na difusão de informação aos eleitores. As associações de bairro que se envolvem em trocas clientelistas com políticos são, na verdade, menos propensas a informar os eleitores sobre política e candidatos. Isto significa que tais organizações assumem papéis muito diversos na instrução dos eleitores, o que provavelmente se anulará na análise estatística.

O mesmo vale para os grupos ligados a igrejas. A perda de ímpeto da teologia da libertação na igreja católica diminuiu certamente o papel que as comunidades eclesiais de base (CEBs) desempenham na mobilização de base no Brasil contemporâneo. Além disso, a igreja católica do Brasil perdeu terreno para as igrejas evangélicas, cujo impacto na política ainda não foi bem compreendido. Porém, há indícios de que tais igrejas são muito mais conservadoras do que as CEBs foram no passado e tendem a favorecer candidatos de suas próprias fileiras, ao invés de instruir os eleitores sobre política e seus direitos em geral. Desta forma, como o papel dos grupos ligados a igrejas também pode variar imensamente - de politicamente engajado, passando por tendências clientelistas, a completamente apolítico - seu impacto estatístico também pode desaparecer.

O Orçamento Participativo é um caso que mistura oportunidades para discussão sobre temas nacionais com temas locais. Em princípio, o OP é um espaço para a deliberação sobre temas locais, já que visa à alocação de recursos do orçamento para investimento na localidade de moradia do cidadão. Nessa perspectiva, o OP se aproxima do papel das associações de moradores. É importante ressaltar também que os representantes das prefeituras que participam das reuniões do OP tendem, em geral, a moderar o debate e evitar que ele se propague para outros temas que não os diretamente relacionados com os objetivos da reunião (BAIOCCHI, 2003). Mas, o OP também gera oportunidades para a discussão sobre temas nacionais, que extrapolam a esfera local, tais como problemas de violência pública, saúde, educação, entre outros. Assim sendo, o impacto real do OP precisa ser testado empiricamente, pois há a possibilidade de que o OP crie oportunidades para aprendizado político. O impacto do OP, então, em

alguns aspectos, assemelha-se ao de partidos políticos e sindicatos e, em outros, é similar ao exercido por organizações voltadas para o âmbito local, como as associações de moradores.

Para além do impacto diferenciado da participação em diferentes organizações da sociedade civil e tendo em vista o conjunto de dados disponível, é necessário investigar também os vários tipos de informações a que os eleitores têm acesso. Contudo, como o enfoque são as eleições, a variedade de informações aqui tomadas diz respeito será relacionada a distintos aspectos da campanha eleitoral: informações sobre candidatos, questões políticas e sobre partidos.

Isto posto, é importante destacar uma limitação deste estudo. Uma importante hipótese não pode ser verificada com os dados disponíveis. Militantes das distintas organizações sociais podem tornar-se especialistas em tópicos específicos relacionados ao papel principal desempenhado por aquela organização e não necessariamente relacionados com eleições. Assim, os militantes de associações de bairro devem saber mais do que o eleitor comum como fazer reivindicações por bens específicos através de canais institucionais da prefeitura. Os membros de sindicatos devem saber tudo sobre condições de trabalho e salários em seus ramos de atividade, enquanto os que não são membros não sabem nada disso. Participantes do OP devem saber muito sobre como funciona o orçamento municipal, tendo em vista que toda reunião do OP começa com uma prestação de contas e uma explicação feita pelo representante da prefeitura sobre o orçamento. Todas estas informações são muito importantes e dão poder aos cidadãos que participam destas organizações. A difusão dessas informações específicas, conforme dito anteriormente, é a contribuição principal de tais organizações. Esperar que, além desse papel, elas ainda exerçam papel de difusão de informação política generalizada pode ser um exagero. Ainda mais tendo em vista o papel que a mídia brasileira, especialmente a televisão, tem de uniformizar a disponibilidade de informações para toda a sociedade, o que pode homogeneizar o nível de informação política dos militantes e dos não-militantes. Por isso, é necessário também contrastar o papel informativo das associações da sociedade civil com o papel das formas tradicionais de difusão da informação, os meios de comunicação.

Essas hipóteses estão abertas à verificação empírica. O estudo da interface entre informação política e desigualdade na América Latina é um território praticamente inexplorado.

Dados: o estudo de painel das duas cidades

Os dados de opinião pública sobre os quais as hipóteses deste estudo serão verificadas foram coletados em duas cidades brasileiras de tamanho médio, Juiz de Fora e Caxias do Sul, durante as eleições de 2002³. A primeira onda de entrevistas foi realizada antes do início da campanha nos meses de março e abril para captar medidas referenciais de informação. A segunda onda foi realizada em setembro, antes dos primeiros debates presidenciais e do começo do horário eleitoral gratuito. A onda final ocorreu em outubro, entre o primeiro e o segundo turno das eleições para presidente e governadores. Desse modo, a terceira onda de entrevistas possibilitou medir os graus finais de informação dos eleitores, após terem sido expostos a toda a campanha do primeiro turno das eleições.

As duas cidades foram escolhidas por oferecerem variações nas características do ambiente político, ao mesmo tempo em que são relativamente semelhantes em termos socioeconômicos e demográficos. Juiz de Fora, em Minas Gerais, é uma cidade em que os partidos políticos são pouco organizados, abundam líderes personalistas e as divisões ideológicas são débeis. Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, tem uma história muito longa de clivagens ideológicas entre partidos bem estruturados de esquerda e de direita.

Ademais, embora as duas cidades tenham implementado o Orçamento Participativo, o sucesso dos programas em cada uma delas foi diferente. Em Juiz de Fora, uma porcentagem muito pequena do orçamento municipal para investimentos foi definida por meio da participação direta dos cidadãos. Ao contrário, em Caxias do Sul, todo o orçamento municipal para investimentos foi definido desta forma. Assim, enquanto em Juiz de Fora o impacto do OP é invisível, em Caxias ele é muito tangível. Isso abre uma oportunidade para testar como a qualidade da implementação do projeto afeta sua capacidade de instruir os eleitores.

Estas diferenças entre as duas cidades possibilitam testar como os diferentes cenários políticos podem atenuar ou intensificar vieses na distribuição de informação e a participação na política. Isto deve ser feito através de uma análise comparativa do impacto de contextos diferentes sobre diferenças de informação e participação.

A literatura sobre a influência dos ambientes eleitorais na escolha do voto e no acesso a informações nos Estados Unidos sustenta que ambientes mais complexos – aqueles que têm mais candidatos, mais partidos, divisões ideológicas obscuras – aumentam a dificuldade de aprender sobre política (SNIDERMAN, 2000; LUIA e MCCUBBINS, 1998). A abundância de informações gerada pelo excesso de

³ A coleta de dados é um projeto colaborativo de Barry Ames, Andrew Baker e Lucio Rennó.

atores políticos no sistema leva a uma diminuição do nível de informação dos eleitores (RAHN, 1993). É muito difícil dar conta da quantidade de informação disponibilizada nesses ambientes eleitorais complexos. A complexidade do ambiente diminui os níveis gerais de informação e agrava os vieses de sua distribuição. A informação é menos acessível para todos e a divisão entre os que têm acesso privilegiado e os que não têm torna-se mais manifesta.

Para cada cidade, os dados para os bairros foram utilizados como nível básico de análise (HUCKFELDT e SPRAGUE, 1995). Realizaram-se cerca de cem entrevistas em 22 bairros selecionados por meio de uma amostra probabilística estratificada, o que possibilitou a construção de indicadores agregados das características dos bairros. A amostra total foi de cerca de 2.500 entrevistas por onda em cada cidade, totalizando mais de 14 mil entrevistas em três ondas.

Os questionários perguntaram sobre a informação que os eleitores tinham de vários indicadores políticos (conhecimentos sobre candidatos, partidos e questões políticas). Os itens procuraram medir o quanto os entrevistados sabiam das posturas políticas dos candidatos, das posições dos partidos em escalas ideológicas e quais eram as questões centrais da eleição. Também perguntaram sobre o engajamento em organizações políticas e sociais e a participação na campanha eleitoral. O questionário incluiu também variáveis sócio-demográficas e econômicas para captar diferença de gênero, renda e raça. O conjunto de dados, portanto, possibilitou testar os vieses da participação em organizações sociais e políticas, comparando os graus de informação de militantes e não-militantes e examinando a distribuição de informação entre militantes.

Hipótese e análises

As três hipóteses foram testadas com base em dados das três ondas de entrevistas. Contudo, os resultados das regressões apresentadas centram-se na última onda de entrevistas, depois de os eleitores terem sido expostos a toda a campanha eleitoral.

A militância, principal variável explicativa dos graus de informação, foi medida na onda 1 e indica a frequência com que os eleitores participam de reuniões de diferentes organizações sociais. Trata-se de um indicador de propensão a participar das organizações da sociedade civil. A variável foi originalmente medida como uma escala de cinco pontos que vão de “nunca participa” a “participa todas as semanas”. Para a variável que mede participação no OP, não cabe a resposta de participação semanal, já que as reuniões do OP são mais escassas. Por isso, a participação no OP foi mensurada com uma categoria a menos: “nunca participa”, “participa algumas vezes por ano” ou “participa todo mês”. Para facilitar a

interpretação e comparação, as variáveis de militância foram codificadas como variáveis *dummy* distinguindo entre aqueles que participaram de uma reunião e aqueles que não participaram⁴.

Os indicadores de informação analisados referem-se todos ao conhecimento sobre atores e questões da campanha eleitoral. Seguindo a maior parte da literatura sobre o papel da informação nas eleições, não espera-se que os eleitores saibam tudo sobre política para fazerem uma escolha esclarecida (LUIA e MCCUBBINS, 1998; SNIDERMAN et al., 1991). Os eleitores podem ter apenas uma informação básica que resume informações mais detalhadas. Por exemplo, não é necessário conhecer a posição dos candidatos em cada questão, basta saber o partido do candidato e a reputação desse partido para inferir como o candidato se posicionará em questões específicas. O partidarismo, portanto, é um atalho de informação que resume outras informações. Segundo Delli Carpini e Keeter (1996), os eleitores devem saber quem são os atores do sistema político, quais as questões mais importantes e qual a posição dos atores diante dessas questões, não sendo necessária qualquer informação específica sobre as tecnicidades das questões ou as inconsistências nuançadas das posições dos candidatos.

Vários indicadores de informação sobre campanha eleitoral foram utilizados com o objetivo de investigar a maior probabilidade de os militantes terem algum tipo de informação. Pediu-se aos respondentes que situassem os partidos políticos e os candidatos presidenciais em “medidas de sentimento” (*feeling thermometers*). As variáveis “Conhece Partidos Políticos” e “Conhece Candidatos Presidenciais” indicam se o respondente é capaz de situar partidos e candidatos nessas medidas e expressar uma opinião sobre o ator. Outra medida de informação sobre candidatos é a quantidade de nomes de candidatos a presidente, governador, senador e deputado federal que o respondente é capaz de citar (“Conhece Nomes de Candidatos”).

Outras variáveis avaliam o grau de informação dos eleitores sobre as posições dos candidatos em relação a determinadas questões. “Lula e Reforma Agrária”, “Serra e Reforma Agrária”, “Lula e Privatização”, “Serra e Privatização” indicam se os respondentes podem oferecer uma resposta válida para perguntas sobre as posições dos dois principais candidatos a presidente em relação a esses temas. Perguntou-se apenas se os candidatos eram a favor ou contra essas políticas específicas (aqueles capazes de dar uma resposta receberam o código um (1) e os que responderam não saber receberam o código zero (0))⁵.

⁴ Não houve qualquer diferença para sua manutenção na métrica original.

⁵ Isso é muito mais uma medida de opinião (DELLI CARPINI e KEETER, 1996) do que de informação. As posições dos candidatos sobre as questões não são tão claras por causa da sua retórica. Porém, é verdade que as posições dos dois principais candidatos a presidente sobre essas questões eram bem conhecidas.

As perguntas de informações políticas avaliam, portanto, se os eleitores sabem quem são os atores no sistema político e quais as suas posições quanto a algumas questões. Elas medem o acesso a informações muito básicas sobre a campanha.

Em geral, os respondentes se saíram bem ao responder algumas dessas questões. Na terceira onda, depois de terem sido expostos a toda a campanha, somente 3% dos respondentes não foram capazes de dar o nome de um único candidato a presidente, governador, senador e deputado federal no final da campanha. Além disso, a distribuição das respostas acompanha uma curva normal, na medida em que a maioria dos respondentes se agrupa em torno do centro. Os graus de reconhecimento dos candidatos presidenciais são ainda maiores: menos de 1% dos respondentes foi incapaz de situar os candidatos a presidente nas medidas de sentimento; 47% são capazes de situar todos os candidatos. Com relação aos partidos políticos, a situação é um pouco diferente: 14% dos respondentes não conseguiam situar um único partido nas medidas de sentimento, mas 60% foram capazes de situar todos os quatro partidos incluídos no questionário.

Quanto a conhecer as posições dos candidatos, 88% puderam dar uma resposta sobre a posição de Lula sobre reforma agrária e 80% sobre privatização. Quanto ao candidato Serra, 80% disseram que sabiam sua posição sobre reforma agrária e 75% sobre privatização. Se a maioria dos eleitores conhece as posições dos candidatos nessas questões, a militância não deveria desempenhar um papel significativo na diferenciação dos eleitores quanto ao seu grau de informação. Porém, ainda que a maioria dos eleitores seja capaz de dar o nome de pelo menos alguns candidatos e reconhecer alguns partidos, os aumentos nos graus de informação sobre essas questões são mais graduais. Assim, é mais provável que a militância desempenhe um papel mais decisivo na obtenção de informação sobre questões mais difíceis.

A Tabela 1 oferece respostas para as hipóteses 1 e 2. Fica claro que nem todas as formas de militância influenciam da mesma maneira a obtenção de informação. Tal como esperado, tendo em vista os altos níveis de conhecimento sobre as posições dos principais candidatos em relação às questões sobre temas específicos, a militância não diferencia os respondentes de modo significativo. Nas variáveis em que a informação é mais escassa, a participação em sindicatos e partidos políticos aumenta significativamente a probabilidade dos eleitores serem mais bem informados. No caso do esforço mais difícil para o entrevistado, lembrar os nomes dos candidatos aos diferentes cargos, a militância em sindicatos, partidos

políticos e no OP aumenta a probabilidade de ser mais bem informado. O OP tem possivelmente um efeito positivo porque conhecer o nome inclui candidatos intimamente ligados a questões locais, tais como os deputados federais. Desse modo, os eleitores podem ficar sabendo deles em meio a discussões sobre os investimentos municipais.

Tabela 1
Coeficientes de regressão linear e logística para diferentes tipos de informação política, para desenhos de survey com múltiplos clusters.
Juiz de Fora, MG e Caxias do Sul, RS, Brasil: 2002.

Varáveis	Conhece partidos políticos	Conhece candidatos a presidente	Conhece nomes de candidatos	Lula e reforma agrária	Serra e reforma agrária	Lula e Privatização	Serra e Privatização
Militância							
Associação de bairro	0,04	0,28**	-0,37*	0,17	0,13	0,27*	0,29**
Grupo da igreja	-0,05	0,07	-0,13	0,02	0,02	0,04	-0,01
Sindicato	0,14**	0,27**	0,36*	0,14	0,37**	0,08	0,22
Partido político	0,23***	0,00	0,46*	0,22	-0,04	0,31	0,00
Orçamento Participativo	-0,07	-0,11	0,45**	-0,07	0,06	-0,25*	-0,17
Desigualdade							
Homem	0,59***	1,12***	0,87***	0,71***	0,84***	0,77***	0,91***
Afro-brasileiro	0,27***	0,26*	-1,26***	0,07	0,15	0,26*	0,18
Renda	0,01	0,02	0,41***	0,00	0,00	0,04	0,03
Controles							
Atenção da mídia	0,02***	0,05***	0,12***	0,04***	0,04***	0,04***	0,04***
Conversa sobre política	0,16***	0,29***	0,34***	0,22***	0,15***	0,22***	0,21***
Horário político gratuito	0,02***	0,08***	0,12***	0,07***	0,05***	0,06***	0,06***
Debates	0,02*	0,16***	0,10*	0,11***	0,10***	0,14***	0,14***
Educação	0,04***	0,05***	0,29***	0,04**	0,00	0,08***	0,07***
Idade	0,00	0,01	0,08***	0,02	0,01	0,04***	0,02
Age Squared	-0,00	-0,00	-0,00***	-0,00	-0,00	-0,00***	-0,00
Vizinhança de renda	0,00	0,00	0,00***	0,00	0,00***	0,00	0,00*
Constante	1,17***	6,93***	-2,37***	-1,07	-1,02**	-2,67***	-2,32***
R-Squared	13%***	15%***	30%***	-	-	-	-

* α 0,05; ** α 0,01; *** α 0,001

É preciso também enfatizar que o efeito de ser militante sobre os graus de informação nem sempre é positivo. Há um impacto estatisticamente significativo e negativo da participação em associações de bairro no conhecimento de nomes de candidatos, bem como um efeito negativo da participação em assembleias de OP sobre o conhecimento da posição de Lula a respeito da privatização. Esse resultado precisa de explicações melhores, mas, por enquanto, é suficiente dizer que, por estarem mais voltadas para questões locais, as associações de bairro e o OP talvez não abram tanto espaço para o diálogo sobre os temas nacionais.

Tal como esperado, os grupos ligados às igrejas não desempenham nenhum papel na instrução dos eleitores sobre política, confirmando que nem todas as organizações da sociedade civil criam espaços para a deliberação política sobre política.

É preciso também chamar a atenção para uma última informação disponível na Tabela 1. A distância de informação mais destacada, tanto em magnitude quanto em sua presença sistemática em todos os tipos de informação ocorre entre homens e mulheres. Os homens estão sempre mais bem informados sobre política. A renda raramente diferencia os cidadãos, mostrando que os pobres têm a mesma probabilidade de estar informados sobre política. A distância entre negros e não-negros é também visível, mas favorece os negros na maioria dos casos. Ou seja, nesta amostra, é mais provável que os afro-brasileiros sejam mais bem informados sobre partidos políticos e candidatos presidenciais do que o resto da população. Porém, apresentam menor probabilidade de citarem nomes de candidatos para os diversos cargos. Desse modo, os resultados em relação à raça são inconsistentes, embora ainda diferenciam eleitores em alguns temas.

Essas distâncias persistem entre os militantes? As Tabelas 2 a 4 oferecem informações relacionadas à hipótese 3, que trata diretamente da questão da militância diminuir a distância de informação causada por gênero, raça e renda. A Tabela 2 traz indícios de quão disseminada é a diferença causada por gênero entre os militantes e em comparação com toda a amostra. As diferenças em grau de informação entre homens e mulheres são sempre estatisticamente significativas. As magnitudes dos coeficientes também são bastante altas, mas, em geral, tendem a ser menores do que para o total da população. De todos os coeficientes, somente em 26% dos casos a diferença entre gêneros é maior entre militantes. Ainda assim, isso não oferece prova definitiva de que a militância diminui as diferenças de informação entre homens e mulheres.

Tabela 2

Comparação de distâncias de informação entre *homens e mulheres* análise de regressão multivariada aplicada à amostra completa e às sub-amostras de militantes, para diferentes tipos de informação política. Juiz de Fora, MG e Caxias do Sul, RS, Brasil: 2002.

Variáveis	Conhece partidos políticos	Conhece candidatos a presidente	Conhece nome dos candidatos	Lula e reforma agrária	Serra e reforma agrária	Lula e privatização	Serra e privatização
Amostra completa	0,59***	1,12***	0,87***	0,71***	0,84***	0,77***	0,91***
Sub-amostras de militantes							
Associações de bairro	0,65***	1,03***	1,09***	0,07***	0,08**	0,10***	0,95***
Grupo da igreja	0,61***	1,32***	0,98***	0,07***	0,16***	0,13***	1,14***
Sindicato	0,56***	0,84**	0,83*	0,07**	0,07*	0,10***	0,74***
Partido político	0,54***	0,94***	1,22*	0,08**	0,09*	0,07*	0,82***
Orçamento Participativo	0,49***	0,69***	1,15**	0,06*	0,06*	0,06*	0,61***

* α 0,05; ** α 0,01; *** α 0,001

Tabela 3

Comparação de distâncias de informação entre *negros e não-negros* análise de regressão multivariada aplicada à amostra completa e às sub-amostras de militantes para diferentes tipos de informação política. Juiz de Fora, MG e Caxias do Sul, RS, Brasil: 2002.

Variáveis	Conhece partidos políticos	Conhece candidatos a presidente	Conhece nome dos candidatos	Lula e reforma agrária	Serra e reforma agrária	Lula e privatização	Serra e privatização
Amostra completa	0,27***	0,26*	-1,26***	0,07	0,15	0,26*	0,18
Sub-amostras de militantes							
Associações de bairro	0,31*	-0,06	-1,45***	-0,00	-0,02	0,02	-0,11
Grupo da igreja	0,35**	0,01	-1,38***	-0,01	-0,02	-0,00	-0,01
Sindicato	0,12	-0,19	-1,84***	-0,02	-0,00	-0,00	-0,03
Partido político	0,31	-0,52	-1,59**	-0,08*	-0,07	-0,02	-0,06
Orçamento Participativo	0,43**	-0,36	-1,16*	-0,01	-0,06	-0,04	-0,41

* α 0,05; ** α 0,01; *** α 0,001

Tabela 4
Comparação de distâncias de informação por renda
análise de regressão multivariada aplicada à amostra completa e às sub-amostras
de militantes para diferentes tipos de informação política.
Juiz de Fora, MG e Caxias do Sul, RS, Brasil: 2002.

Variáveis	Conhece partidos políticos	Conhece candidatos a presidente	Conhece nome dos candidatos	Lula e reforma agrária	Serra e reforma agrária	Lula e privatização	Serra e privatização
<i>Amostra completa</i>	0,01	0,02	0,41***	0,00	0,00	0,04	0,03
<i>Sub-amostras de militantes</i>							
Associações de bairro	-0,01	-0,01	0,34*	0,00	0,00	0,00	-0,00
Grupo da igreja	0,00	-0,02	0,46***	0,00	-0,00	0,00	0,00
Sindicato	-0,03	-0,29*	0,44*	-0,01	-0,01	-0,02	-0,11
Partido político	0,01	0,08	0,34	0,01	0,01	0,02	0,09
Orçamento Participativo	-0,05	0,02	0,45*	0,02	0,00	-0,00	0,06

* α 0,05; ** α 0,01; *** α 0,001

O impacto da raça entre os militantes não é tão disseminado na diferenciação dos entrevistados. Importa mais nos tipos mais difíceis de informação, como citar nomes de candidatos e situar partidos políticos. Porém, ele necessariamente favorece sempre uma raça em relação à outra. É mais provável que negros estejam mais informados sobre partidos do que o resto da população. O inverso vale para a capacidade de citar nomes de candidatos. Não fica claro, portanto, se a raça afeta consistentemente de modo negativo um grupo específico.

Por fim, a renda individual não diferencia os eleitores. A variável de informação mais afetada por ela é a capacidade de citar nomes de candidatos, que é a questão mais difícil. Assim, a renda só importa quando o tipo de informação é menos acessível. Nesse caso, ser militante não diminui essa diferença.

Conclusão

A permanência da desigualdade na América Latina pode ser melhor compreendida se analisarmos como os diferentes recursos são afetados cumulativamente pelas mesmas fontes de diferenciação entre indivíduos. Se a participação na política repete os vieses sociais e econômicos, então fica mais fácil entender como democracia e desigualdades coexistem na região. Se a voz dos excluídos ainda é silenciada ou não é tão audível quanto a dos grupos privilegiados as mensagens que chegam ao governo também são distorcidas. As distorções na participação política e na distribuição da informação política dentro das organizações sociais e políticas podem limitar ainda mais a capacidade dos grupos sociais de fazer suas mensagens e reivindicações chegarem aos representantes políticos. Tais diferenças, se não forem remediadas, podem certamente pôr em risco a estabilidade da democracia na América Latina no longo prazo.

Os resultados apresentados indicam que a diferença entre os gêneros é a fonte *mais difundida e persistente* de diferenciação entre cidadãos quando se trata de política. A diferença ainda está presente entre os militantes, embora em menor magnitude. As distâncias referentes a raça e renda são ainda menores entre militantes. Quando presentes, no caso da raça, não favorecem consistentemente um grupo em detrimento do outro. Assim, raça e renda apresentam resultados menos consistentes do que o gênero na geração de desigualdades informacionais.

Nossa conclusão é que a militância não tem um impacto unidimensional sobre a obtenção de informação. Alguns tipos de organização não criam espaços para a deliberação política sobre questões eleitorais. Na verdade, apenas organizações que estão diretamente relacionadas com a política, como sindicatos e partidos, consistentemente informam seus membros sobre questões de campanha. Isso indica que organizações específicas desempenham de fato um papel pedagógico na sociedade, mas nem todas.

Outras instituições, cujos objetivos principais estão mais voltados para o nível local, não criam necessariamente a oportunidade para discutir sobre campanhas eleitorais. Esperar que façam isso, que sejam espaços de deliberação sobre a política em geral, pode ser um exagero. O OP, as associações de bairro e os grupos religiosos desempenham um papel significativo na sociedade brasileira; esperar que façam mais do que podem ou são projetados para fazer pode, na verdade, prejudicar essas organizações. A análise da militância na sociedade civil não deveria impor a essas organizações tarefas e papéis que não fazem parte de seus desígnios.

Futuros estudos deveriam se ater a dois aspectos importantes que necessitam ser aprofundados. Em primeiro lugar, a teimosa permanência das diferenças entre gêneros na política ainda pede explicação. Parece que essa diferença está presente em todos os lugares e a militância não a apaga. Ela também invade várias formas de informação e questões propostas de diferentes maneiras. Segundo, estudos futuros devem explorar como a capacidade dos atalhos informacionais de ajudar os eleitores a tomar decisões varia conforme o ambiente eleitoral (LUIA e MCCUBBINS, 2000; SNIDERMAN, 2000). Em ambientes nos quais os partidos são fracos e em fluxo, o partidarismo não oferece informações suficientes. Em ambientes onde há muitos candidatos, é necessário reconhecer pelo menos o nome de alguns deles. Onde as divisões ideológicas são obscuras, conhecer a ideologia dos candidatos pode ser uma tarefa muito difícil. Em geral, a obtenção de informação é mais difícil em ambientes eleitorais mais complexos.

Referências Bibliográficas

ABERS, R. From clientelism to cooperation: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brasil. *Politics & Society*, v. 26, n. 4, p. 511-539, 1998.

ANDREWS, G. R. Racial inequality in Brazil and the United States: a statistical comparison. *Journal of Social History*, 26, n. 2, p. 229-263, 1992.

AUYERO, J. *Poor people's politics: Peronist survival networks and the legacy of Evita*. Durham: Duke University Press, 2000.

AVRITZER, L. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BAIOCCHI, G. Emergent public spheres: talking politics in participatory governance. *American Sociological Review*, v. 68, n. 1, p. 52-74, 2003.

DESPOSATO, S.; NORRANDER, B. *Gender, religion and political participation in Latin America*. Trabalho preparado para apresentação no 37º Congresso Mundial do Instituto Internacional de Sociologia, Estocolmo, 5-9 de julho 2005.

GAY, R. *Popular organization and democracy in Rio de Janeiro: a tale of two favelas*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

HOFFMAN, K.; CENTENO, M. A. The lopsided continent: inequality in Latin America. *Annual Review of Sociology*, v. 29, p. 363-390, 2003.

HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. *Citizens, politics, and social communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KORZENIEWICZ, R. P.; SMITH, W. Poverty, inequality and growth in Latin America: searching for the high road to globalization. *Latin American Research Review*, v. 35, n. 3, p. 7-54, 2000.

LOVELL, P. Race, gender and regional labor market inequalities in Brazil. *Review of Social Economy*, v. 58, n. 3, p. 277-293, 2000.

REICHMAN, R. (ed.). *Race in contemporary Brazil*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1999.

RENNÓ L. Estruturas de oportunidade política e ativismo cívico na América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 71-83, 2003.

_____. *Mind the Gap: inequality and political information in the 2002 brazilian elections*. Trabalho preparado para apresentação na Conferência Geral do Consórcio Europeu para Pesquisa Política, Budapeste, 7-11 de setembro 2005.

PORTES, A.; HOFFMAN, K. Latin American class structures: their composition and change during the Neoliberal Era. *Latin American Research Review*, v. 38, n. 1, p. 41-82, 2003.

SANTOS, B. S. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & Society*, v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998.

SELIGSON, A. Civic association and democratic participation in Central America: a test of the Putnam thesis. *Comparative Political Studies*, v. 32, n. 3, p. 342-362, 1999.

SKIDMORE, T. Brazil's persistent income inequality: lessons from history. *Latin American Politics & Society*, v. 46, n. 2, p. 133-150, 2004.

TELLES, E. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. *Voice and equality: civic voluntarism in american politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

Recebido para publicação em janeiro de 2006.
Aprovado para publicação em julho de 2006.